

Fran Martins

TÍTULOS DE CRÉDITO

17ª edição

Atualização

JOAQUIM PENALVA SANTOS

PAULO PENALVA SANTOS



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Data de fechamento: 25/04/2016.

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M343t

Martins, Fran.

Títulos de crédito/Fran Martins. – 17. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

1. ed. sob título "Letra de câmbio e nota promissória"

Bibliografia

ISBN: 978-85-309-6654-6

Conteúdo. – Volume único: Letra de câmbio e nota promissória, segundo a lei uniforme. Cheques, duplicatas e outros títulos de crédito.

1. Títulos de crédito, edição universitária. 1. Título

CDU – 347.735

342.235

ÍNDICE SISTEMÁTICO

LETRAS DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA

Parte I

O Crédito e os Títulos de Crédito

| | |
|--|----------|
| Capítulo I – Dos títulos de crédito em geral | 3 |
| 1. O crédito e a circulação dos direitos de crédito | 3 |
| 1.1 Os títulos de crédito no Código Civil | 5 |
| 2. Conceito de título de crédito | 9 |
| 2.1. Títulos escriturais | 11 |
| 2.2. Espécies de títulos escriturais | 11 |
| 3. Características do título de crédito como instrumento para a circulação de direitos | 12 |
| 3.1. Literalidade | 12 |
| 3.2. Autonomia | 13 |
| 3.3. Abstração | 14 |
| 4. Elemento preponderante para a existência do título de crédito: formalismo | 16 |
| 5. Inoponibilidade das exceções | 17 |
| 6. Circulação dos títulos de crédito | 18 |
| 6.1. Títulos nominativos | 19 |
| 6.2. Omissão de requisito legal | 19 |
| 6.3. Títulos à ordem | 20 |
| 6.3.1. Título dilacerado | 20 |
| 6.3.2. Caso de destruição parcial | 22 |
| 6.4. Títulos ao portador | 23 |
| 6.5. Títulos não à ordem | 25 |
| 7. Categorias dos títulos de crédito | 25 |
| 7.1. Títulos de crédito próprios | 25 |
| 7.2. Títulos de crédito impróprios ou cambiariiformes | 26 |
| 7.3. Títulos de legitimação | 26 |
| 7.4. Títulos de participação | 27 |
| 8. Títulos abstratos e causais | 27 |
| 8.1. Títulos atípicos ou inominados | 28 |
| 9. Espécies de títulos de crédito | 28 |
| 10. Importância da letra de câmbio | 29 |

Parte II

Letra de Câmbio

| | |
|---|-----------|
| Capítulo II – Origem e evolução da letra de câmbio | 31 |
| 11. Conceito de letra de câmbio | 31 |

VIII

FRAN MARTINS

| | | |
|---|--|-----------|
| 12. | Histórico | 32 |
| 12.1. | Período italiano | 32 |
| 12.2. | Período francês | 34 |
| 12.3. | Período alemão | 34 |
| 13. | A letra de câmbio no direito estrangeiro | 35 |
| 14. | Uniformização do direito cambiário | 37 |
| 15. | A letra de câmbio no direito anglo-americano | 39 |
| Capítulo III – A letra de câmbio no direito brasileiro | | 40 |
| 16. | Código Comercial | 40 |
| 17. | Decreto nº 2.044, de 1908 | 42 |
| 18. | Adesão do Brasil à Lei Uniforme | 43 |
| 19. | A vigência da Lei Uniforme no direito brasileiro. Revogação do Decreto nº 2.044 | 44 |
| 20. | Reservas do Governo Brasileiro à Lei Uniforme | 46 |
| 20.1. | Reserva ao art. 2º do anexo II – Falta de assinatura do próprio punho do obrigado no título | 46 |
| 20.2. | Reserva ao art. 3º do Anexo II – Letra incompleta | 48 |
| 20.3. | Reserva ao art. 5º do Anexo II – Prazo para apresentação da letra | 48 |
| 20.4. | Reserva ao art. 6º do Anexo II – Câmaras de compensação | 49 |
| 20.5. | Reserva ao art. 7º do Anexo II – Pagamento em moeda estrangeira | 50 |
| 20.6. | Reserva ao art. 9º do Anexo II – Apresentação para protesto no próprio dia do vencimento | 51 |
| 20.7. | Reserva ao art. 10 do Anexo II – Direito de ação do portador contra os coobrigados na letra | 52 |
| 20.8. | Reserva ao art. 13 do Anexo II – Taxa de juros | 54 |
| 20.9. | Reserva ao art. 15 do Anexo II – Perda de direitos ou prescrição | 55 |
| 20.10. | Reserva ao art. 16 do Anexo II – Provisão e relação fundamental | 55 |
| 20.11. | Reserva ao art. 17 do Anexo II – Prescrição | 56 |
| 20.12. | Reserva ao art. 19 do Anexo II – Cláusula cambial na nota promissória | 57 |
| 20.13. | Reserva ao art. 20 do Anexo II – Aplicação de disposições das letras de câmbio às notas promissórias | 57 |
| 21. | A tradução da Lei Uniforme | 58 |
| Capítulo IV – Da natureza da letra de câmbio | | 69 |
| 22. | Teorias sobre a natureza jurídica dos títulos de crédito | 69 |
| 23. | Características da letra de câmbio | 71 |
| 23.1. | A letra de câmbio é um título de crédito | 71 |
| 23.2. | É um título à ordem | 71 |
| 23.3. | É um título formal | 72 |
| 23.4. | É um título literal | 72 |
| 23.5. | É um título abstrato | 72 |
| 23.6. | É um título autônomo | 73 |
| 23.7. | É um título de circulação | 73 |
| 23.8. | É um título de apresentação | 73 |
| 24. | Função econômica da letra de câmbio | 74 |
| Capítulo V – da criação e emissão da letra de câmbio | | 75 |
| 25. | Da criação e emissão da letra | 75 |
| 26. | Teorias relativas à criação da letra de câmbio | 76 |
| 27. | Formalismo da letra: rigor cambiário | 77 |

| | | |
|---|--|------------|
| 28. | A forma na letra de câmbio | 77 |
| 29. | Requisitos essenciais nas letras de câmbio | 78 |
| 29.1. | A denominação “letra de câmbio”, inserta no próprio texto do título e expressa na língua empregada para a redação desse título | 79 |
| 29.2. | Cláusulas não escritas | 80 |
| 29.3. | O mandato puro e simples de pagar uma quantia determinada | 81 |
| 29.4. | O nome da pessoa que deve pagar | 83 |
| 29.5. | O nome da pessoa a quem, ou à ordem de quem a letra deve ser paga | 86 |
| 29.6. | A indicação da data em que a letra é passada | 87 |
| 29.7. | A assinatura do sacador | 90 |
| 30. | Requisitos não essenciais na Lei Uniforme | 91 |
| 30.1. | Época do pagamento | 92 |
| 30.2. | Época do pagamento da letra no Código Civil | 92 |
| 30.3. | Lugar do pagamento | 92 |
| 30.4. | Lugar da emissão | 93 |
| 31. | Requisitos e procedimentos fiscais | 94 |
| 31.1. | Registro dos títulos cambiários na Receita Federal. Extinção da medida | 94 |
| 31.2. | Identificação do devedor nos títulos cambiários | 96 |
| Capítulo VI – Modalidades da letra de câmbio | | 98 |
| 32. | A mobilização do crédito | 98 |
| 33. | Modalidades da letra de câmbio | 98 |
| 33.1. | Letra de câmbio à vista | 99 |
| 33.2. | Letra a dia certo | 100 |
| 33.3. | Letra a tempo certo da data | 101 |
| 33.4. | Letra a tempo certo da vista | 102 |
| 34. | Unidade da época de pagamento | 104 |
| Capítulo VII – Circulação da letra de câmbio | | 105 |
| 35. | A letra de câmbio como título de circulação | 105 |
| 36. | Meio próprio da transferência da cambial: endosso | 106 |
| 37. | Conceito e origem do endosso | 107 |
| 38. | Quem pode endossar | 108 |
| 39. | Espécies de endosso | 109 |
| 39.1. | Endosso em preto | 109 |
| 39.2. | Endosso em branco | 111 |
| 40. | Efeitos do endosso – Cadeia de endossos | 112 |
| 40.1. | Transferência do título e dos direitos emergentes da letra | 113 |
| 40.2. | Responsabilidade do endossante | 114 |
| 40.3. | Proibição de novo endosso | 116 |
| 40.4. | Outras formas de transmissão da cambial | 117 |
| 41. | Endosso-mandato | 117 |
| 42. | Endosso pignoratício | 120 |
| 43. | Endosso parcial | 121 |
| 44. | Endosso posterior ao vencimento | 121 |
| 45. | Endosso “sem garantia” | 123 |
| 46. | Circulação sem endosso: letras ao portador e letras em branco | 124 |
| 47. | Endosso a mais de uma pessoa | 125 |
| 48. | Endosso fiduciário | 126 |
| 49. | Endosso cancelado (art. 910 Do Código Civil de 2002) | 126 |

| | | |
|--------------------------------------|---|------------|
| 50. | Endosso cancelado | 126 |
| 51. | Garantia do endosso | 126 |
| 52. | Pactos adjetos | 126 |
| 53. | Fora da letra | 127 |
| 54. | Interpretação do art. 903 do Código Civil de 2002 | 128 |
| Capítulo VIII – Aceite | | 129 |
| 55. | Conceito de aceite | 129 |
| 56. | Quem pode aceitar a letra | 130 |
| 57. | Apresentação da letra para aceite. Apresentação obrigatória e facultativa | 131 |
| 58. | Prazo para apresentação para o aceite | 132 |
| 59. | A letra não aceitável | 134 |
| 60. | Requisitos do aceite. Como e onde se faz | 135 |
| 61. | Falta, recusa, limitação ou modificação do aceite | 136 |
| 61.1. | Falta do aceite | 136 |
| 61.2. | Recusa do aceite | 136 |
| 61.3. | Limitação do aceite | 137 |
| 61.4. | Modificações do aceite | 138 |
| 62. | Aceite domiciliado | 139 |
| 63. | Cancelamento e retirada do aceite | 140 |
| 64. | Prova da falta ou recusa do aceite | 142 |
| 65. | Efeitos do aceite | 142 |
| 66. | Endosso da letra ao aceitante | 143 |
| Capítulo IX – Aval | | 144 |
| 67. | Conceito | 144 |
| 68. | Histórico do aval | 145 |
| 69. | Natureza jurídica do aval | 146 |
| 70. | Aval, fiança e endosso | 147 |
| 71. | Quem pode avalizar. Coavalistas; avalistas simultâneos e sucessivos | 148 |
| 72. | Requisitos do aval | 149 |
| 73. | Lugar do aval. A quem se avaliza | 153 |
| 74. | Responsabilidade do avalista | 154 |
| 75. | Avalista do aceitante | 154 |
| 76. | Protesto contra o aceitante; seu reflexo em relação ao avalista | 155 |
| 77. | Aval ao sacado | 156 |
| 78. | Cancelamento do aval | 157 |
| 79. | Relações entre avalista e avalizado | 157 |
| 80. | Aval | 159 |
| 81. | Aval antecipado (negrito) | 159 |
| 82. | Aval antecipado | 159 |
| 83. | Cancelamento do aval | 161 |
| 84. | Títulos ao portador | 162 |
| 85. | Título à ordem | 163 |
| 86. | Prescrição e decadência | 171 |
| Capítulo X – Vencimento | | 174 |
| 87. | O fim do prazo para a utilização do crédito | 174 |
| 88. | Modalidades de vencimento | 175 |
| 88.1. | Vencimento da letra à vista | 175 |

| | | |
|--|--|------------|
| 88.2. | Vencimento da letra a dia certo | 176 |
| 88.3. | Vencimento da letra a certo termo da data | 177 |
| 88.4. | Vencimento da letra a certo termo da vista | 178 |
| 89. | O exercício da ação regressiva antes do vencimento da letra | 178 |
| 89.1. | Recusa total ou parcial do aceite | 179 |
| 89.2. | Falência do sacado ou do aceitante | 180 |
| 89.3. | Suspensão de pagamento ou execução dos bens do sacado ou do aceitante. | 181 |
| 89.4. | Falência do sacador, sendo a letra “não aceitável” | 181 |
| 90. | Não exercício do direito regressivo por aceite de terceiro. | 182 |
| 91. | Efeitos do vencimento | 183 |
| Capítulo XI – Pagamento | | 184 |
| 92. | O cumprimento da obrigação constante da letra | 184 |
| 93. | Necessidade da apresentação da letra para pagamento | 184 |
| 94. | Quem pode apresentar a letra. | 185 |
| 95. | A quem deve ser apresentada a letra | 185 |
| 96. | Tempo da apresentação | 186 |
| 97. | Lugar do pagamento | 189 |
| 98. | Pagamento total e parcial. Pagamento antes e depois do vencimento | 190 |
| 99. | Pagamento por intervenção | 192 |
| 100. | Obrigação do portador quanto ao recebimento | 193 |
| 101. | Efeitos do pagamento. | 194 |
| 102. | Oposição ao pagamento. | 196 |
| 103. | Moeda do pagamento. | 197 |
| 104. | Prova da falta ou recusa do pagamento | 198 |
| 105. | Ressaque | 198 |
| Capítulo XII – Protesto. | | 200 |
| 106. | Conceito de protesto | 200 |
| 107. | Modalidades do protesto | 201 |
| 107.1. | Do protesto por falta ou recusa do aceite | 201 |
| 107.2. | Do protesto por falta ou recusa de pagamento | 202 |
| 108. | Efeitos do protesto | 203 |
| 108.1. | Efeitos do protesto por falta ou recusa do aceite. | 203 |
| 108.1.1. | Efeitos quanto ao título | 203 |
| 108.1.2. | Efeitos quanto ao sacado | 204 |
| 108.1.3. | Efeitos quanto aos coobrigados. | 205 |
| 108.1.4. | Efeitos em relação ao portador | 206 |
| 108.2. | Efeitos do protesto por falta ou recusa do pagamento. | 206 |
| 108.2.1. | Efeitos em relação ao título | 206 |
| 108.2.2. | Efeitos em relação ao aceitante | 207 |
| 108.2.3. | Efeitos em relação aos coobrigados | 208 |
| 108.2.4. | Efeitos em relação ao portador | 209 |
| 109. | A constituição do devedor em mora pelo protesto cambial. | 210 |
| 110. | O protesto para efeito de falência | 211 |
| 111. | Protesto por falta de data de aceite | 214 |
| 112. | Protesto por falta de devolução da letra. | 215 |
| 113. | Cláusula “sem protesto”. | 217 |
| 114. | Quem pode protestar a letra | 218 |
| 115. | Tempo e lugar do protesto | 218 |

XII**FRAN MARTINS**

| | | |
|---|---|------------|
| 115.1. | Tempo de apresentação da letra para protesto | 218 |
| 115.2. | Prazo para ser tirado o protesto | 221 |
| 115.3. | Lugar onde deve ser tirado o protesto | 222 |
| 116. | Processo do protesto | 222 |
| 117. | Sustação do protesto | 225 |
| 118. | O instrumento do protesto | 225 |
| 119. | Responsabilidade por protesto indevido | 226 |
| 120. | Dos direitos e obrigações do portador e dos coobrigados. Avisos do protesto | 228 |
| 121. | Anulação e cancelamento do protesto | 231 |
| 122. | Tentativas legislativas e nova orientação legal | 233 |
| 123. | Prescrição do direito de ação do portador | 238 |
| Capítulo XIII – Intervenção. | | 240 |
| 124. | Conceito de intervenção. | 240 |
| 125. | Espécies de intervenção. | 241 |
| 126. | Disposições gerais sobre a intervenção | 241 |
| 127. | Aceite por intervenção | 243 |
| 127.1. | Condições gerais | 243 |
| 127.2. | Intervenção voluntária a intervenção indicada | 244 |
| 127.3. | Admissão e recusa da intervenção para aceite | 245 |
| 127.4. | Menção do aceite na letra | 245 |
| 127.5. | Responsabilidade do aceitante por intervenção. | 245 |
| 128. | Pagamento por intervenção | 246 |
| 128.1. | Casos em que se admite o pagamento por intervenção. | 246 |
| 128.2. | O pagamento por intervenção deve ser total | 247 |
| 128.3. | Prazo para o pagamento por intervenção | 247 |
| 128.4. | Recusa do pagamento por intervenção | 248 |
| 128.5. | Recibo da intervenção para pagamento. | 248 |
| 128.6. | Direitos do interveniente pagante | 249 |
| 128.7. | Intervenções múltiplas. | 249 |
| Capítulo XIV – Duplicatas, cópias e alterações de duplicatas | | 250 |
| 129. | Justificação da multiplicação das letras de câmbio | 250 |
| 130. | Em que consiste a duplicata. Duplicata e cópia. | 251 |
| 131. | Mecanismo da extração das duplicatas | 252 |
| 132. | Posição do sacado na duplicata | 253 |
| 133. | A permissão das cópias no direito uniforme | 254 |
| 134. | A cópia no projeto da lei brasileira | 255 |
| 135. | Alterações no texto da letra | 255 |
| Capítulo XV – Da ação cambial e sua prescrição | | 257 |
| 136. | A especialidade da ação cambial | 257 |
| 137. | A soma devida na ação cambial | 257 |
| 138. | Quando pode ser proposta a ação cambial | 258 |
| 139. | Contra quem pode ser movida a ação cambial. Ação direta e ação regressiva | 258 |
| 139.1. | Ação direta | 259 |
| 139.2. | Ação regressiva | 260 |
| 140. | Extravio ou destruição da letra. Anulação | 261 |
| 141. | Defesa na ação cambial. Sua limitação | 263 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 141.1. | Direito pessoal do réu contra o autor. | 263 |
| 141.2. | Defeito de forma do título. | 264 |
| 141.3. | Falta de requisito necessário ao exercício da ação. | 265 |
| 142. | Das exceções judiciais. | 265 |
| 143. | Da prescrição da ação cambial. | 266 |
| 144. | Interrupção da prescrição. | 266 |

Parte III

Nota Promissória

| | |
|--|-----|
| Capítulo XVI – Conceito e requisitos | 269 |
| 145. Conceito. | 269 |
| 146. Histórico. A nota promissória no direito brasileiro e no direito uniforme. | 269 |
| 147. O formalismo da nota promissória. | 271 |
| 148. Emissão da nota promissória. | 271 |
| 149. Requisitos essenciais à nota promissória. | 271 |
| 149.1. A denominação “nota promissória”, expressa na língua empregada para a redação do título. | 272 |
| 149.2. A promessa pura e simples de pagar uma quantia determinada. | 273 |
| 149.3. O nome da pessoa a quem ou à ordem de quem deve ser paga. | 274 |
| 149.4. Indicação da data em que é passada. | 274 |
| 149.5. A assinatura do emitente. | 275 |
| 150. Época e lugar do pagamento. Lugar da emissão. | 276 |
| 151. Aplicação das normas sobre a letra de câmbio às notas promissórias. | 276 |
| 152. Nota promissória a certo termo da vista. | 278 |
| 153. Promissória ligada a um contrato. Ação causal. | 281 |
| 153.1. Nota promissória <i>pro soluto</i> e nota promissória <i>pro solvendo</i> | 282 |

CHEQUES, DUPLICATAS, TÍTULOS DE FINANCIAMENTO, TÍTULOS REPRESENTATIVOS E LEGISLAÇÃO

Parte IV

Cheques

| | |
|---|-----|
| Capítulo XVII – Noções gerais | 285 |
| 1. Conceito. | 285 |
| 2. A origem do cheque. Denominação. | 286 |
| 3. O uso do cheque no Brasil. | 288 |
| 4. O Decreto nº 2.591, de 7 de agosto de 1912. | 289 |
| 5. Direito uniforme sobre o cheque. | 290 |
| 6. A Lei nº 7.357, De 2 de setembro de 1985. | 291 |
| 7. Natureza jurídica. | 292 |
| 8. Aplicação ao cheque das normas cambiárias. | 293 |
| 9. Função econômica do cheque. | 294 |
| 10. Controle estatal sobre o uso do cheque. | 294 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo XVIII – Pressupostos da emissão do cheque | 296 |
| 11. Pressupostos da emissão | 296 |
| 12. Ser o sacado um banco ou instituição financeira a ele equiparada | 297 |
| 13. Provisão do sacador | 297 |
| 14. Disponibilidade sobre a provisão. | 297 |
| 15. Convenção entre sacador e sacado. Abertura de conta | 298 |
| 16. Validade do cheque a que faltam os pressupostos da emissão. | 299 |
| 17. Direito à provisão. | 300 |
| Capítulo XIX – Da criação e forma do cheque. | 303 |
| 18. Criação e emissão | 303 |
| 19. Capacidade do sacador. | 304 |
| 20. Forma do cheque | 307 |
| 21. A caracterização do título (a palavra “cheque”) | 307 |
| 22. A importância a ser paga (a ordem incondicional de pagar uma quantia determinada) . . . | 308 |
| 23. Moeda representativa da importância a ser paga. | 310 |
| 24. Cláusula de juros | 310 |
| 25. O nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar (sacado). | 311 |
| 26. Cheque sacado sobre o próprio sacador (“cheque de caixa” ou “cheque bancário”) | 312 |
| 27. A indicação do lugar do pagamento. | 312 |
| 28. Cheque domiciliado | 313 |
| 29. A data do cheque | 314 |
| 30. Lugar em que o cheque é passado | 316 |
| 31. Preenchimento da data e do lugar de emissão pelo portador | 316 |
| 32. Cheque com data incompleta ou dia de emissão inexistente. | 316 |
| 33. Assinatura do sacador – Capacidade do emitente – Identificação fiscal do sacador (che- que personalizado) | 317 |
| 34. De que consta a assinatura – Assinatura mecânica | 318 |
| 35. Assinatura por mandatário | 318 |
| 36. Assinatura de incapaz, assinatura falsa ou falsificada | 319 |
| 37. Assinatura com pseudônimo | 320 |
| 38. Assinatura com a função do sacador | 320 |
| 39. Cheque passado por conta de terceiros | 321 |
| 40. Responsabilidade do sacador. | 321 |
| 41. O beneficiário do cheque | 323 |
| 42. Formas do cheque | 323 |
| 43. Cheques com vários beneficiários | 324 |
| 44. Beneficiário designado pela função. | 325 |
| 45. Capacidade do beneficiário | 325 |
| Capítulo XX – Da transmissão do cheque | 326 |
| 46. O endosso como meio de transmissão do cheque | 326 |
| 47. Cheque “não à ordem” | 326 |
| 48. Cheque “não transmissível”. Sua característica própria | 327 |
| 49. A quem pode ser feito o endosso | 329 |
| 50. Endosso ao sacado e endosso feito pelo sacado | 330 |
| 51. Endosso condicional | 331 |
| 52. Endosso parcial | 331 |
| 53. Modo e lugar do endosso. | 332 |

| | | |
|---|---|------------|
| 54. | Espécies de endossos | 333 |
| 55. | Direitos transferidos pelo endosso | 334 |
| 56. | Responsabilidade do endossante | 335 |
| 57. | Isenção da responsabilidade do endossante | 335 |
| 58. | Legitimação dos detentores do cheque endossável – Cadeia de endossos | 336 |
| 59. | Proteção à aquisição de boa-fé | 338 |
| 60. | Inoponibilidade das exceções | 339 |
| 61. | Endosso-mandato | 340 |
| 62. | Endosso pignoratício | 343 |
| 63. | Endosso póstumo | 344 |
| 64. | Data do endosso | 345 |
| 64.1. | Prova do recebimento pelo endosso | 346 |
| Capítulo XXI – Do aval | | 347 |
| 65. | O aval como garantia suplementar do cheque – Aval limitado | 347 |
| 66. | Quem pode avalizar – Aval do sacado | 348 |
| 67. | Pluralidade de avalistas – Avais simultâneos e sucessivos | 349 |
| 68. | Como se dá o aval | 350 |
| 69. | A quem se dá o aval – Aval ao sacado | 352 |
| 70. | Responsabilidade do avalista – Exoneração da responsabilidade | 352 |
| 71. | Direitos do avalista que paga | 354 |
| Capítulo XXII – Apresentação e pagamento | | 355 |
| 72. | O cheque é pagável à vista | 355 |
| 73. | O cheque não pode ser aceito | 356 |
| 74. | Cheque marcado | 357 |
| 75. | Cheque visado | 358 |
| 76. | Prazo de apresentação do cheque para pagamento | 360 |
| 77. | Não apresentação no prazo legal | 362 |
| 78. | Revogação do cheque (contra-ordem). Oposição | 363 |
| 79. | Morte ou incapacidade do sacador | 365 |
| 80. | Pagamento pelo sacado | 366 |
| 80.1. | Recusa de pagamento. Causas. Cadastro de emitentes de cheques sem fundos | 369 |
| 80.2. | Pagamento parcial da cambial e do cheque | 370 |
| 81. | Moeda do pagamento | 371 |
| Capítulo XXIII – Modalidades de cheques | | 373 |
| 82. | As várias modalidades de cheques | 373 |
| 83. | Característica do cheque cruzado | 373 |
| 84. | Histórico | 374 |
| 85. | O cheque cruzado na Lei Brasileira Primitiva, na Lei Uniforme e na Lei Atual | 375 |
| 86. | Espécies de cruzamento: cruzamentos geral e especial | 376 |
| 87. | Quem pode cruzar o cheque | 377 |
| 88. | Irretratibilidade do cruzamento | 378 |
| 89. | Pagamento do cheque cruzado – Pagamento a um cliente do sacado | 378 |
| 90. | Cruzamentos múltiplos | 380 |
| 91. | Noção | 380 |
| 92. | Adoção pela nova Lei Brasileira dos cheques para creditar em conta | 382 |
| 93. | Cheques do estrangeiro, para serem pagos no Brasil, coma cláusula “para levar em conta” | 382 |
| 94. | Cheques de caixa ou bancários | 383 |

| | | |
|---|---|------------|
| 95. | Cheques de viagem (<i>traveller's checks</i>) | 384 |
| 96. | Cheque circular | 386 |
| 97. | Cheque documentário | 387 |
| 98. | Cheque postal. Vales postais | 387 |
| 99. | Cheques garantidos | 388 |
| 99.1. | Cheques de poupança e cheques de restituição do Imposto de Renda | 389 |
| 100. | Cheque pós-datado. | 390 |
| 100.1. | Noções gerais sobre o cheque | 390 |
| 101. | Cheque pré-datado e cheque pós-datado | 390 |
| 102. | Ligeiro esborço histórico do cheque pós-datado | 391 |
| 103. | Natureza jurídica do cheque pós-datado | 391 |
| 103.1. | Licitude do cheque impropriamente denominado pré-datado. | 392 |
| 104. | Função do pacto extracartular | 394 |
| 105. | Direito português | 396 |
| 106. | Endosso pignoratício no cheque | 397 |
| 107. | Aplicação da hipótese ao caso concreto em exame | 398 |
| Capítulo XXIV – Ação por falta de pagamento | | 401 |
| 108. | Comprovação do não pagamento. Protesto | 401 |
| 109. | Tempo do protesto. Prorrogação. Avisos | 403 |
| 110. | Dispensa de protesto | 405 |
| 111. | Ação contra o sacador | 406 |
| 112. | Ação regressiva. Responsabilidade solidária dos coobrigados | 407 |
| 113. | Rito executivo da ação do cheque | 408 |
| 114. | Importância a receber. | 409 |
| 115. | Ação de enriquecimento indevido | 409 |
| 116. | Defesa na ação do cheque | 412 |
| Capítulo XXV – Pluralidade de exemplares – Alterações – Prescrição | | 416 |
| 117. | Cheque emitido em vários exemplares – Circulação. | 416 |
| 118. | Pagamento | 417 |
| 119. | Responsabilidade dos signatários no caso de alteração do cheque | 417 |
| 120. | Prescrição da ação do cheque | 418 |
| 121. | Prazo prescricional da ação do portador | 418 |
| 122. | Prazo prescricional da ação do obrigado que pagou | 419 |
| 123. | Interrupção da prescrição. | 419 |
| 123.1. | Conflitos de leis em matérias de cheques | 422 |
| 123.2. | Competência do Conselho Monetário Nacional para expedir normas sobre os cheques | 423 |
| 124. | Prescrição e decadência de cheque | 424 |
| 124.1. | Ação de locupletamento | 425 |
| 124.2. | Circulação do cheque através do endosso. | 426 |
| Parte V | | |
| Duplicatas | | |
| Capítulo XXVI – Generalidades | | 427 |
| 125. | As vendas a prazo e a garantia do vendedor | 427 |
| 126. | O aparecimento da duplicata | 429 |

| | |
|---|-----|
| 127. A Lei nº 187 | 430 |
| 128. A Lei nº 5.474, de 1968, e as modificações do Decreto-lei nº 436, de 1969 | 431 |
| 129. A duplicata e o direito estrangeiro | 435 |
| 129.1. <i>Stabilito</i> (Itália) | 435 |
| 129.2. <i>Trade acceptance</i> e <i>chattel paper</i> (Estados Unidos) | 436 |
| 129.3. Extrato de fatura (Portugal) | 437 |
| 129.4. <i>Conforme obligatorio</i> (Uruguai) | 439 |
| 129.5. <i>Factura conformada</i> (Argentina) | 439 |
| 129.6. Fatura protestável (França) | 440 |
| 129.7. Fatura cambiária (Colômbia) | 440 |
| Capítulo XXVII – Da emissão da fatura e da duplicata – Requisitos da duplicata | 442 |
| 130. Obrigatoriedade da emissão da fatura | 442 |
| 131. Facultatividade da extração da duplicata – Natureza do título | 443 |
| 132. Emissão da duplicata | 444 |
| 133. Vendas realizadas por consignatários ou comissários | 445 |
| 134. Requisitos da duplicata | 445 |
| 135. Padronização das duplicatas – Escrita especial | 447 |
| 136. Título escritural – Duplicata virtual | 448 |
| Capítulo XXVIII – Remessa e devolução da duplicata | 451 |
| 137. Remessa da duplicata ao comprador | 451 |
| 138. Prazos para a remessa | 451 |
| 139. Aceite | 452 |
| 140. Recusa do aceite | 454 |
| 141. Devolução da duplicata – Retenção | 455 |
| Capítulo XXIX – Pagamento da duplicata – Garantias | 456 |
| 142. Cumprimento da obrigação do comprador | 456 |
| 143. Redução do pagamento – Pagamento antecipado – Prova do pagamento | 456 |
| 144. Reforma ou prorrogação – Efeito | 458 |
| 145. Garantias do pagamento | 458 |
| 146. Garantia por aval | 460 |
| Capítulo XXX – Protesto | 463 |
| 147. Conceito e modalidades de protesto | 463 |
| 148. Protesto por indicação – Protesto por falta de pagamento sem que o título tenha sido protestado por falta de aceite ou de devolução | 464 |
| 149. Lugar do protesto – Prazo | 465 |
| 150. Efeitos do protesto | 467 |
| 151. Instrumento do protesto | 468 |
| Capítulo XXXI – Ação para cobrança | 470 |
| 152. Regímen da lei primitiva – Duplicata sem aceite | 470 |
| 153. Reconhecimento legal da liquidez da duplicata não aceita | 474 |
| 154. Característica da duplicata como título executivo extrajudicial | 476 |
| 155. Sujeito passivo da ação de cobrança | 477 |
| 156. Ação por duplicata não aceita e não devolvida | 478 |
| 157. Procedimento ordinário | 479 |
| 158. Foro competente | 479 |

XVIII**FRAN MARTINS**

| | |
|---|-----|
| 159. Prescrição. | 481 |
| 160. Solidariedade entre os coobrigados no título. | 482 |
| Capítulo XXXII – Duplicata de prestação de serviço | 484 |
| 161. Ampliação do campo de ação da duplicata | 484 |
| 162. Fatura e duplicata de prestação de serviço. | 486 |
| 163. Recusa de aceitação da duplicata de prestação de serviço. | 487 |
| 164. Profissionais liberais. Serviços de natureza eventual. | 488 |
| Capítulo XXXIII – Escrita especial – Perda e extravio – Ação penal | 492 |
| 165. Escrita especial | 492 |
| 166. Perda ou extravio da duplicata – Triplicata | 493 |
| 167. Ação penal | 495 |
| 167.1. Aspecto penal da duplicata | 496 |
| 168. Duplicata de favor | 498 |
| 168.1. Teorias sobre duplicatas de favor | 498 |
| Parte VI | |
| Títulos de Crédito e Financiamento Rural, Industrial, Comercial e Imobiliário | |
| Capítulo XXXIV – Títulos de crédito rural | 503 |
| 169. Financiamento rural | 503 |
| 170. Das cédulas de crédito rural | 505 |
| 171. Tentativas de alterações da legislação sobre os títulos de crédito rural | 509 |
| 172. Evolução da cédula de crédito rural | 510 |
| 173. Cédula rural pignoratícia | 512 |
| 174. Cédula rural hipotecária | 513 |
| 175. Cédula rural pignoratícia e hipotecária | 516 |
| 176. Nota de crédito rural | 517 |
| 177. Da ação para cobrança de cédula de crédito rural | 518 |
| 178. Nota promissória rural | 519 |
| 179. Duplicata rural | 521 |
| 179-A. Cédula de produto rural | 523 |
| 179-A.1. A possibilidade da utilização da cédula de produto rural como instrumento de <i>hedge</i> | 526 |
| 179-B. Certificado de direitos creditórios do agronegócio. Letra de crédito do agronegócio | 528 |
| 179-C. O certificado de recebíveis do agronegócio. | 530 |
| 180. Bilhete de mercadorias. | 532 |
| Capítulo XXXV – Títulos de crédito industrial | 533 |
| 181. Financiamento industrial | 533 |
| 182. Cédula de crédito industrial | 534 |
| 183. Nota de crédito industrial | 537 |
| Capítulo XXXVI – Títulos de financiamento comercial | 539 |
| 184. A utilização do crédito nas atividades comerciais | 539 |
| 185. Letra de câmbio financeira | 540 |

| | | |
|--|---|------------|
| 186. | Certificados de depósito bancário | 542 |
| 186.1. | Cédula de crédito à exportação e nota de crédito à exportação. | 543 |
| 186.2. | Cédula de crédito comercial e nota de crédito comercial | 544 |
| 186.3. | <i>Commercial paper</i> | 545 |
| 187. | Cédula de crédito bancário | 545 |
| 187.1. | Definição | 546 |
| 187.2. | Pactos contidos na cédula de crédito bancário | 546 |
| 187.3. | Das garantias cedularmente constituídas. | 548 |
| 187.4. | Eficácia perante terceiros. | 549 |
| 187.5. | Disposições especiais | 549 |
| 187.6. | Certificado de cédulas de crédito bancário (CCB) | 550 |
| 187.7. | Desdobramento ou reagrupamento do CCB | 550 |
| 187.8. | Forma de emissão dos certificados de cédulas de crédito bancário (art. 43, Incisos). | 550 |
| 187.9. | Forma de transferência do CCB (§§ 4º e 5º do art. 43). | 550 |
| 187.10. | A transferência por sistema CETIP. | 551 |
| 187.11. | Disposições gerais. | 552 |
| 188. | Letra de arrendamento mercantil | 552 |
| Capítulo XXXVII – Títulos de garantia imobiliária | | 554 |
| 188. | Letra hipotecária | 554 |
| 189. | Letras imobiliárias | 556 |
| 190. | Cédula hipotecária | 557 |
| 191. | Letra de crédito imobiliário | 558 |
| 192. | Cédula de crédito imobiliário | 559 |
| 192.1. | Cédula de crédito imobiliário objeto de securitização – patrimônio afetado. | 560 |
| Parte VII | | |
| Títulos Representativos | | |
| Capítulo XXXVIII – A representação de mercadorias em títulos de crédito | | 561 |
| 193. | Noção de títulos representativos | 561 |
| 194. | Conhecimento de depósito. | 562 |
| 194-A. | Certificado de depósito agropecuário | 564 |
| 195. | <i>Warrant</i> | 566 |
| 195-A. | <i>Warrant</i> agropecuário | 567 |
| 196. | Conhecimento de transporte | 568 |
| 196.1. | Origem e regulamentação | 568 |
| 196.2. | Natureza do conhecimento | 570 |
| 196.3. | Requisitos do conhecimento | 572 |
| 196.4. | Do conhecimento marítimo. | 573 |
| 196.5. | Conhecimento aéreo | 574 |
| 196.6. | Conhecimento de transporte multimodal de cargas | 575 |
| Bibliografia | | 577 |